Plano de Recuperação e Resiliência Componente Cultura (C4)

1. [**O que é o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)?**](#_O_que_é)
2. [**Quais as despesas elegíveis no âmbito do PRR?**](#_Quais_as_despesas)
3. [**Como está a área da Cultura representada no PRR?**](#_Como_está_a)
4. [**Quais os investimentos destinados ao setor da Cultura?**](#_Quais_os_investimentos)
5. [**Qual o impacto esperado dos investimentos 2022-2025?**](#_Qual_o_impacto)
6. [**Quais os destinatários das medidas?**](#_Quais_os_destinatários)
7. [**As entidades e empresas do setor cultural podem beneficiar de outros apoios no quadro do PRR?**](#_As_entidades_e)

1. **[Quais as entidades que vão gerir e implementar os investimentos?](#_Quais_as_entidades)**
2. [**Como são lançados os investimentos?**](#_Como_são_lançados)
3. [**Cronologia de execução do PRR – Componente Cultura.**](#_Cronograma_de_execução)
4. [**Mais informações**](#_Como_obter_mais)
5. O que é o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)?

O PRR é um instrumento de financiamento extraordinário aprovado pela Comissão Europeia (o *Next Generation EU*) para dotar os países da União Europeia de mecanismos destinados a acelerar a recuperação económica e social.

Está organizado em três dimensões estratégicas - Resiliência, Transição Climática e Transição Digital - e tem como objetivo promover uma transformação de Portugal no sentido da resiliência e da dupla transição, verde e digital.

1. Quais as despesas elegíveis no âmbito do PRR?

O financiamento através do PRR é extraordinário e deve assegurar um impacto económico real capaz de transformar o país e prepará-lo, de forma estrutural, resistente e duradoura, para choques futuros.

Assim, nos investimentos PRR cabe apenas o que é transformador e verdadeiramente incremental face aos apoios existentes. Por conseguinte, para efeitos de elegibilidades a nível do PRR são excluídas despesas correntes e atividades habitual e recorrentemente financiadas pelos próprios Estados-Membros, bem como apoios de emergência e apoios regulares (p. ex., apoios concedidos através da DGArtes, do ICA, etc.).

1. Como está a área da Cultura representada no PRR?

É no eixo da Resiliência que a Cultura tem uma componente própria - a C4 - com um valor global de cerca de **243M€**, a implementar até ao final de 2025.

1. Quais os investimentos destinados ao setor da Cultura?

Tendo em conta as especificidades do PRR, foi possível criar dois investimentos destinados ao setor da Cultura:

1. *Redes Culturais e Transição Digital*, com um montante global de cerca de **93 M€**, que integra medidas agrupadas em torno de três objetivos:
2. Modernização da infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais, com um valor global de cerca de 46M€;
3. Digitalização de artes e património, com um valor global de cerca de 34 M€;
4. Internacionalização, modernização e transição digital do livro e dos autores, com um valor global de cerca de 13 M€;

Saiba quais os desafios e objetivos do investimento “[*Redes Culturais e Transição Digital*](#_Redes_Culturais_e)” e conheça as [*Ações previstas*](#_Ações_previstas_no)*»*.

1. *Património Cultural*, com um montante de global de cerca de **150 M€**, que integra medidas agrupadas em torno de três objetivos:
2. Requalificação de museus, monumentos e palácios nacionais, com um valor global de cerca de 105M€;
3. Requalificação de teatros nacionais, com um valor global de cerca de 43M€;
4. Programa “Saber Fazer”, com um valor global de cerca de 2M€.

Saiba quais os desafios e objetivos do investimento “[*Património Cultural*](#_Património_Cultural)” e as [*Ações previstas*](#_Ações_previstas_no_1)*»*.

1. Qual o impacto esperado dos investimentos 2022-2025?

Resiliência e Coesão Territorial

* Alargar e diversificar a oferta cultural e aumentar o acesso à cultura, bem como alcançar novos públicos;
* Gerar novas oportunidades de trabalho para artistas, criadores, artesãos, técnicos, paisagistas, arquitetos, artífices especializados, entre outros, bem como para estruturas culturais, empresas e empreendedores, contribuindo para a sustentabilidade cultural e turística;
* Tornar o território mais coeso e competitivo, através da requalificação de equipamentos culturais, reforçando a conectividade territorial do património, dos equipamentos e das redes culturais, e facilitando a circulação pelo país de arte e de entidades artísticas;
* Dinamizar o turismo cultural, através da requalificação de museus e monumentos nacionais, da disponibilização de visitas virtuais, da dinamização de redes culturais – teatros, centros de arte contemporânea, bibliotecas, etc. -, bem como da promoção de rotas do património imaterial.

Transição Digital:

* Incentivar o tecido cultural a incrementar o processo de transição digital, tornando os equipamentos culturais e, por conseguinte, o setor mais resistente a choques futuros;
* Dotar o país de uma rede de circulação de arte e património em formato digital e garantir a preservação futura do património nacional;
* Encontrar novos modos de preservar e divulgar a arte e o património cultural;
* Promover o desenvolvimento empresarial nas áreas culturais de forte componente tecnológica e alavancar novos modelos de negócio, geradores de emprego em áreas como a produção de conteúdos, design, som e imagem, entre outros.

Transição Climática:

* Melhorar o desempenho energético dos museus, monumentos, palácios e teatros e do desempenho hídrico dos respetivos espaços verdes, contribuindo para a redução do risco do impacto das alterações climáticas.

1. Quais os destinatários das medidas?

Os destinatários são:

(i) O tecido cultural em geral, atendendo aos objetivos de criação e manutenção de emprego e de oportunidades de trabalho e de negócio para artistas, criadores, artesãos, técnicos, paisagistas, arquitetos, artífices especializados, etc., estruturas culturais, empresas e empreendedores, bem como de criação de emprego nas áreas com forte componente tecnológica, tais como a produção de conteúdos, design, som e imagem;

(ii) Entidades públicas detentoras dos equipamentos culturais;

(iii) Empresas adjudicatárias nos procedimentos de contratação pública de aquisição de bens, prestações de serviços e empreitadas;

(iv) Empresas e autores beneficiários das linhas de apoio no setor do livro.

1. As entidades e empresas do setor cultural podem beneficiar de outros apoios no quadro do PRR?

Sim. O PRR está organizado em 3 dimensões estratégicas (Resiliência, Transição Climática e Transição Digital), agrupando, no total, 20 componentes, 83 investimentos e 37 reformas. Assim, para além da Componente Cultura, poderão existir oportunidades para as entidades e empresas do setor cultural no âmbito das restantes Componentes e Investimentos do PRR.

Para mais informações sobre o PRR, os concursos que se encontram abertos e condições para aceder às candidaturas, consultar o sítio na internet da Estrutura de Missão Recuperar Portugal (<https://recuperarportugal.gov.pt/>).

1. Quais as entidades que vão gerir e operacionalizar os investimentos?

A execução dos investimentos do PRR é contratualizada pela Estrutura de Missão «Recuperar Portugal» com agências ou organismos públicos, designados “beneficiários intermediários”, ou seja, globalmente responsáveis pela implementação física e financeira de um investimento inscrito no PRR, mas cuja execução é assegurada por entidades terceiras, designadas “beneficiários finais”, que podem ser entidades públicas ou privadas.

São “beneficiários intermediários” dos investimentos da Componente Cultura:

1. O Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC), para o investimento *Redes Culturais e Transição Digital*;
2. O Fundo de Salvaguarda do Património Cultural (FSPC), para o investimento *Património Cultural*.

No caso do investimento *Redes Culturais e Transição Digital*, os “beneficiários finais” podem ser entidades públicas ou privadas, consoante o tipo de medidas.

Assim, para as medidas que envolvem o lançamento de linhas de apoio financeiro na área da internacionalização, modernização e transição digital do livro e dos autores, os “beneficiários finais” são as entidades privadas (livrarias, editoras, autores, artistas, etc.).

Para as restantes medidas que envolvem equipamentos culturais públicos (p.ex., instalação de wi-fi em museus e monumentos nacionais, digitalização de acervos, digitalização de filmes da Cinemateca, aquisição de equipamentos para bibliotecas municipais, etc.), os “beneficiários finais” são serviços e entidades públicos (Cinemateca, Biblioteca Municipal de Portugal, Direção-Geral do Património Cultural, Municípios, etc.). Estes beneficiários lançarão no mercado procedimentos de contratação pública de aquisição de bens e serviços para a execução das várias medidas.

No caso do investimento *Património Cultural,* os “beneficiários finais” são as entidades gestoras dos equipamentos culturais (museus, teatros, monumentos e palácios nacionais), que são serviços e organismos do Ministério da Cultura (p. ex., Direção-Geral do Património Cultural, Direções Regionais de Cultura, OPART – Organismo de Produção Artística, EPE, e Teatro Nacional D. Maria II, EPE).

Estes beneficiários lançarão no mercado procedimentos de contratação pública de empreitadas e aquisição de bens e serviços para a execução das medidas relativas à requalificação dos museus, teatros, monumentos e palácios nacionais. Em alguns casos, os serviços e organismos do Ministério da Cultura celebram contratos interadministrativos com Municípios, ficando estes responsáveis pelos procedimentos de contratação pública de empreitadas e aquisição de bens e serviços.

1. Como são lançados os investimentos?

Serão lançados no mercado procedimentos de contratação pública de aquisição de bens e serviços (p. ex., aquisição de equipamento tecnológico e digitalização de espólios) e de empreitada (p. ex., requalificação de património cultural).

No caso da internacionalização, modernização e transição digital do livro e dos autores, serão lançadas linhas de apoio financeiro.

Os procedimentos de contratação pública e o lançamento de linhas de apoio, no âmbito da Componente Cultura do PRR, serão publicitados através dos meios legalmente exigidos, bem como através do portal da Cultura (<https://www.culturaportugal.gov.pt> ).

1. Cronograma de execução do PRR - Componente Cultura

A repartição dos encargos corresponde ao que foi contratualizado com a Comissão Europeia.

O cronograma dos investimentos por ano respeita os prazos considerados necessários para a operacionalização das medidas, designadamente tramitação de procedimentos de contratação pública e execução de obras.

Uma imagem com mesa

Descrição gerada automaticamente

Uma imagem com mesa

Descrição gerada automaticamente

Uma imagem com mesa

Descrição gerada automaticamente

Uma imagem com mesa

Descrição gerada automaticamente

1. Como obter mais informações?

Mais informações em <https://www.culturaportugal.gov.pt/>

Anexos

Redes Culturais e Transição Digital

**Desafios e objetivos do investimento “Redes Culturais e Transição Digital”**

Portugal tem um conjunto de redes (teatros e cineteatros, de museus e centros de arte contemporânea, de bibliotecas e arquivos) que necessita de infraestrutura tecnológica.

Redes culturais que precisam de acompanhar o desenvolvimento tecnológico e garantir a qualidade da obra digital, não apenas para melhorar a experiência do público, em especial das novas gerações, mas também para assegurar a preservação futura de obras de arte e de património cultural.

O incremento da sofisticação tecnológica e da qualidade da obra digital permitirá:

* alcançar novos públicos, incrementando a oferta e o acesso à cultura, ultrapassando a distância física e promovendo a inclusão social pela arte;
* aumentar a fruição e o acesso à cultura, tornando o setor mais robusto e resiliente;
* alavancar novos modelos de negócio (p.ex., *streaming*, serviços por subscrição) e promover o desenvolvimento empresarial nas áreas culturais de forte componente tecnológica (empresas que produzem 3D, digitalização, desenvolvimento de plataformas, entre outras).

Ações previstas no âmbito do investimento “Redes Culturais e Transição Digital”?

1. *“Modernização da infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais”*:

1) Aquisição de equipamentos informáticos, bibliotecas itinerantes *on line* e sistemas de informação e catálogos integrados, para 239 bibliotecas públicas

*[Entidades responsáveis pela implementação: GEPAC; DGLAB; Municípios]*

2) Cobertura de wi-fi em 50 museus, palácios e monumentos

*[Entidades responsáveis pela implementação: GEPAC; DGPC; DRCs; Municípios]*

* Museu Regional de Beja
* Sítio Arqueológico de São Cucufate
* Castelo de Guimarães
* Museu dos Biscainhos
* Mosteiro de São Martinho de Tibães
* Paço dos Duques de Bragança
* Mosteiro de São Salvador de Vilar de Frades
* Museu de Alberto Sampaio
* Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa
* Museu da Terra de Miranda
* Museu do Abade de Baçal
* Concatedral de Miranda do Douro
* Mosteiro de Santa Clara a Velha
* Museu Monográfico de Conímbriga
* Museu Nacional Machado de Castro
* Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo (Évora)
* Casa Nobre e Ruínas na Rua Burgos
* Fortaleza de Sagres
* Vila romana de Milreu (Estói)
* Mosteiro da Batalha
* Mosteiro de Alcobaça
* Museu Nacional da Resistência e Liberdade
* Museu José Malhoa
* Museu Nacional do Traje
* Museu Nacional do Teatro e da Dança
* Museu Nacional do Azulejo
* Palácio Nacional de Mafra
* Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado
* Museu Nacional de Arqueologia
* Palácio Nacional da Ajuda
* Panteão Nacional - Igreja de St.ª Engrácia
* Museu Nacional de Arte Antiga
* Museu Nacional de Etnologia
* Torre de Belém
* Mosteiro dos Jerónimos
* Museu de Arte Popular
* Museu Nacional da Música
* Museu Nacional dos Coches
* Casa Museu Anastácio Gonçalves
* Museu Nacional Soares dos Reis
* Mosteiro da Serra do Pilar
* Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro
* Estação Arqueológica do Tongóbriga/Freixo
* Convento de Cristo
* Sítio arqueológico de Miróbriga
* Museu de Lamego
* Museu Nacional Grão Vasco
* Mosteiro de São João de Tarouca
* Mosteiro de Santa Maria de Salzedas
* Convento de Santo António de Ferreirim

3) Aquisição de equipamento de projeção digital de cinema e de vídeo, imagem e tecnologia para 155 teatros/cineteatros e centros de arte contemporânea públicos

*[Entidades responsáveis pela implementação: GEPAC; DGARTES; Municípios]*

4) Modernização tecnológica dos laboratórios de conservação e restauro do Estado (Laboratório José Figueiredo; Laboratório Arqueociências; Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática; Forte de Sacavém)

*[Entidades responsáveis pela implementação: GEPAC; DGPC]*

5) Modernização Tecnológica do ANIM - Arquivo Nacional da Imagem em Movimento

*[Entidades responsáveis pela implementação: GEPAC; Cinemateca]*

6) Instalação do Arquivo Nacional do Som

*[Entidades responsáveis pela implementação: GEPAC; DGLAB]*

b) *“Digitalização de artes e património”:*

7) Digitalização e virtualização de espólio (20 milhões de imagens) de bibliotecas públicas

*[Entidades responsáveis pela implementação: GEPAC; BNP]*

8) Digitalização e virtualização de espólio (19,5 milhões de documentos) de arquivos nacionais

*[Entidades responsáveis pela implementação: GEPAC; DGLAB]*

9) Digitalização de 59.500 registos de acervos de museus públicos

*[Entidades responsáveis pela implementação: GEPAC; DGPC; DRCs]*

10) Visitas virtuais em 65 museus

*[Entidades responsáveis pela implementação: GEPAC; DGPC; DRCs]*

* Museu Regional de Beja
* Circuito arqueológico de Castro da Cola
* Sítio Arqueológico de São Cucufate
* Castelo de Guimarães
* Museu dos Biscainhos
* Mosteiro de São Martinho de Tibães
* Paço dos Duques de Bragança
* Mosteiro de São Salvador de Vilar de Frades
* Museu de Alberto Sampaio
* Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa
* Museu da Terra de Miranda
* Museu do Abade de Baçal
* Domus Municipalis - Bragança
* Concatedral de Miranda do Douro
* Mosteiro de Santa Clara a Velha
* Museu Monográfico de Conímbriga
* Museu Nacional Machado de Castro
* Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo (Évora)
* Casa Nobre e Ruínas na rua Burgos
* Torre do Salvador
* Castelo de Viana do Alentejo
* Torre do Castelo de Evoramonte
* Gruta do Escoural
* Fortaleza de Sagres
* Vila romana de Milreu (Estói)
* Ermida de Nossa Senhora de Guadalupe
* Mosteiro da Batalha
* Mosteiro de Alcobaça
* Museu Nacional da Resistência e Liberdade
* Museu da Cerâmica
* Museu Dr. Joaquim Manso
* Museu José Malhoa
* Museu Nacional do Traje
* Museu Nacional do Teatro e da Dança
* Museu Nacional do Azulejo
* Palácio Nacional de Mafra
* Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado
* Museu Nacional de Arqueologia
* Palácio Nacional da Ajuda
* Panteão Nacional - Igreja de St.ª Engrácia
* Museu Nacional de Arte Antiga
* Museu Nacional de Etnologia
* Torre de Belém
* Mosteiro dos Jerónimos
* Museu de Arte Popular
* Museu Nacional da Música
* Museu Nacional dos Coches - Picadeiro Real
* Museu Nacional dos Coches
* Casa Museu Anastácio Gonçalves
* Sítio arqueológico de Torre de Palma
* Castelo de Elvas
* Museu Nacional Soares dos Reis
* Mosteiro da Serra do Pilar
* Casa das Artes
* Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro
* Estação Arqueológica do Tongóbriga/Freixo
* Convento de Cristo
* Sítio arqueológico de Miróbriga
* Citânia/Ruínas da cidade velha de Santa Luzia
* Museu de Lamego
* Museu Nacional Grão Vasco
* Mosteiro de São João de Tarouca
* Mosteiro de Santa Maria de Salzedas
* Convento de Santo António de Ferreirim
* Santuário / ruínas de Panóias

11) Digitalização de 1.000 filmes portugueses da Cinemateca

*[Entidades responsáveis pela implementação: GEPAC; Cinemateca]*

c) *“Internacionalização, modernização e transição digital do livro e dos autores”:*

12) Apoio à tradução de obras literárias

*[Entidades responsáveis pela implementação: GEPAC; DGLAB]*

13) Apoio à edição de audiobooks e ebooks

*[Entidades responsáveis pela implementação: GEPAC; DGLAB]*

14) Apoio à modernização e transição digital das livrarias

*[Entidades responsáveis pela implementação: GEPAC; DGLAB]*

15) Criação da Plataforma de Empréstimo de Livros Eletrónicos (junto de cerca de 300 bibliotecas públicas)

*[Entidades responsáveis pela implementação: GEPAC; DGLAB]*

Património Cultural

**Desafios e objetivos do** **investimento “Património Cultural”?**

Portugal dispõe de um valioso património cultural, sendo fundamental a sua reabilitação e preservação. Ao património colocam-se importantes desafios nos planos da salvaguarda infraestrutural e impactos das alterações climáticas.

O investimento em património cultural, que engloba um sentido amplo - material, imaterial e natural, abarca duas áreas principais:

* Reabilitar edifícios públicos classificados emblemáticos disseminados por todo o território nacional (museus, monumentos, palácios e teatros nacionais), ou seja, preservar e conservar os edifícios, incluindo a adaptação às exigências ambientais, de eficiência energética e de eficiência hídrica;
* Valorizar o património cultural imaterial e os recursos endógenos, isto é, capacitação nas técnicas tradicionais de produção (“Saber Fazer”) e criação de rotas relacionadas com as unidades produtivas, associadas à comercialização dos produtos, à sustentabilidade turística e à coesão territorial.

O investimento no *Património Cultural* permitirá:

* Reabilitar os edificados e envolventes;
* Proteger os acervos e coleções que se encontram nos imóveis, em particular nos museus;
* Dinamizar o turismo cultural através da requalificação de museus e monumentos nacionais, da disponibilização de visitas virtuais, da dinamização das redes culturais – teatros, centros de arte contemporânea, bibliotecas, etc., bem como da promoção de rotas do património imaterial;
* Melhorar o desempenho energético dos museus, monumentos, palácios e teatros e o desempenho hídrico dos respetivos espaços verdes;
* Preservar o emprego e promover oportunidades de trabalho;
* Dinamizar o setor da construção e dos setores associados, com aumento do valor acrescentado;
* Fomentar a competitividade das redes urbanas e dos territórios de baixa densidade.

Ações previstas no âmbito do investimento “Património Cultural”?

1. Requalificação e conservação de 46 museus, monumentos e palácios nacionais [no valor de 105M€]

*[Entidades responsáveis pela implementação: FSPC; DGPC; DRCs; Municípios]*

* Casa Museu Anastácio Gonçalves
* Castelo de Guimarães
* Concatedral de Miranda do Douro
* Convento de Cristo
* Domus Municipalis - Bragança
* Ermida de Nossa Senhora de Guadalupe
* Fortaleza de Sagres
* Forte de Sacavém
* Igreja de São Miguel
* Laboratório José de Figueiredo
* Laboratório de Arqueociências
* Mosteiro da Batalha
* Mosteiro de Alcobaça
* Mosteiro de Santa Clara a Velha
* Mosteiro de São Martinho de Tibães
* Mosteiro dos Jerónimos
* Museu de Alberto Sampaio
* Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa
* Museu de Arte Popular
* Museu de Lamego
* Museu do Abade de Baçal
* Museu dos Biscaínhos
* Museu José Malhoa
* Museu Monográfico de Conímbriga
* Museu Nacional do Azulejo
* Museu Nacional de Arqueologia
* Museu Nacional de Arte Antiga
* Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado
* Museu Nacional de Etnologia
* Museu Nacional do Teatro e da Dança
* Museu Nacional do Traje
* Museu Nacional dos Coches - Novo
* Museu Nacional dos Coches - Picadeiro Real
* Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo (Évora)
* Museu Nacional Grão Vasco
* Museu Nacional Machado de Castro
* Museu Nacional Soares dos Reis
* Museu Regional de Beja
* Paço dos Duques de Bragança
* Palácio Nacional da Ajuda
* Palácio Nacional de Mafra
* Panteão Nacional - Igreja de St. ª Engrácia
* Ruínas de Milreu
* Sítio Arqueológico de São Cucufate
* Torre de Belém
* Museu Nacional da Música (a instalar no Palácio Nacional de Mafra)

1. Requalificação de 3 teatros (Teatro Nacional S. Carlos, Teatro Nacional D. Maria II e Teatro Camões) [no valor de 43M€]

*[Entidades responsáveis pela implementação: FSPC; OPART, EPE; TNDMII, EPE]*

1. Implementação do Programa “Saber Fazer” (capacitação nas técnicas tradicionais de produção e criação de rotas relacionadas com as unidades produtivas, associadas à comercialização dos produtos) [no valor de 2M€]

*[Entidades responsáveis pela implementação: FSPC; DGARTES]*